Aula 9

O ISLAMISMO NA PENÍNSULA IBÉRICA MEDIEVAL (SÉCULOS VIII-XI)

META

Analisar a presença do Islamismo na Península Ibérica Medieval, sua influência no território, suas relações com os cristãos e judeus peninsulares.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

Identificar as características particulares do Islamismo que se desenvolveu na Península Ibérica no decorrer da Idade Média;

Entender as características singulares das relações entre as três religiões presentes na Península Ibérica Medieval: o Cristianismo, Islamismo e o Judaísmo.

Lenalda Andrade Santos
Bruno Gonçalves Alvaro

INTRODUÇÃO

A pertinência de estudarmos a presença islâmica na Península Ibérica Medieval é muito significativa, inclusive para nós brasileiros, uma vez que não devemos ignorar que uma das parcelas de construção do nosso território se deu, além da participação dos índios que aqui já estavam e dos negros africanos trazidos como escravos, foi européia, principalmente, portuguesa.

Ora, no entanto, devemos nos questionar até que ponto alguns traços culturais presentes ainda hoje advém somente do somatório dos supra-citados? Atualmente, diversos pesquisadores, vem demonstrando que, por exemplo, no Nordeste brasileiro a presença judaica e mesmo islâmica se fez presente também no processo de colonização. Entretanto, evidentemente, não é sobre isso que nossa aula de hoje tratará, ao contrário, procuraremos apresentar e analisar como foram as relações entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica Medieval, buscando, desse modo, lançar bases para que o questionamento feito acima, se for do seu interesse, sejam melhor aprofundados. Além disso, é interessante que desmistifiquemos também a dicotomia constantemente invocada pela historiografia tradicional de que cristãos, judeus e muçulmanos apenas se combateram na Idade Média. Sendo assim, nosso objetivo com essa aula é demonstrar que, ao menos na Península Ibérica Medieval, não foi só de conflitos que se mantiveram os povos das religiões acima citadas.

Claro que não poderemos nos aprofundar em todas as nuanças presentes nos debates historiográficos, na documentação tão fértil sobre o tema. Porém, procuraremos em nossa síntese buscar aqueles elementos que consideramos mais latentes para a devida compreensão dos fenômenos e suas causas.

Deixaremos de lado, também, a parte final da Idade Média Ibérica, quando, realmente, os cristãos assumiram uma postura mais agressiva contra muçulmanos e judeus, entretanto, esse período já é praticamente alocado na chamada modernidade. Nos fixaremos mais especificamente no período que vai da chegada dos árabes na península, séculoVIII, até o século XI, quando inicia-se a formação das monarquias ibéricas, assunto que trataremos na próxima aula e que complemente esse de hoje.

A CONQUISTA ISLÂMICA DA PENÍNSULA IBÉRICA: A ORIGEM DE AL-ANDALUS (SÉCULOS IX-XI)

Em 711, Rodrigo, o último rei da chamada Espanha Visigoda, foi derrotado e morto por um pequeno exército de árabes, orientais e berberes. Com sua morte, se encerra o ciclo da história dos visigodos na *Hispania*, antiga diocese romana. Para muitos historiadores espanhóis e portugueses, esse ano, marca o início da Idade Média na Península Ibérica.

Ignorando estas questões de marcos historiográficos e os muitos debates existentes sobre elas, algo que já pode ser visto na primeira aula desta disciplina, é certo que com o fim do domínio visigodo uma nova configuração política inicia-se na península.

Discutir sobre os motivos pelos quais o reino visigodo da *Hispania* foi derrubado é, com o perdão do termo, tentar descobrir quem surgiu primeiro: o ovo ou a galinha!

Por um lado, há o discurso dos medievalistas que enfocam cada qual o aspecto que consideram mais plausível: a decomposição política, a apatia da população hispano-romana, a irresponsabilidade dos grupos dirigentes, etc. Porém, sem chegar a nenhuma conclusão definitiva. Por outro lado, a explicação que desenvolveram os cronistas medievais, preservada ainda hoje para nossa consulta por meio das muitas obras produzidas, aproximadamente a partir de meados do século IX, ou seja, um pouco posterior aos acontecimentos. Os cronistas, na sua grande maioria, clérigos, recorreram ao "juízo de Deus" para explicar a ruína da monarquia hispano-visigoda. Observe-se que não tão diferente do caso de escritores como Agostinho de Hipona, entre outros, que também produziram suas impressões sobre o fim do Império Romano do Ocidente recorrendo ao mesmo juízo divino.

Para os cronistas medievais da Península Ibérica, Deus castigou com seu cajado os pecados dos visigodos, com a finalidade de preparar-los para o milagre da recuperação. Esse discurso será, inclusive, muito utilizado no que a historiografia dos séculos XVI até o XIX chamara de "reconquista cristã" apesar de ainda hoje o termo ser utilizado pelos historiadores, porém, não sem antes problematizar-lo (RÍOS SALOMA, 2011; GARCÍA FITZ, 2010).

O senso comum também recorreu às suas explicações para a derrota visigoda para os árabes. Criou-se uma lenda que o conde Julián, governador de Ceuta, ao ver sua filha Florinda desonrada por Rodrigo, teria se vingado facilitando a entrada dos muçulmanos na Península.

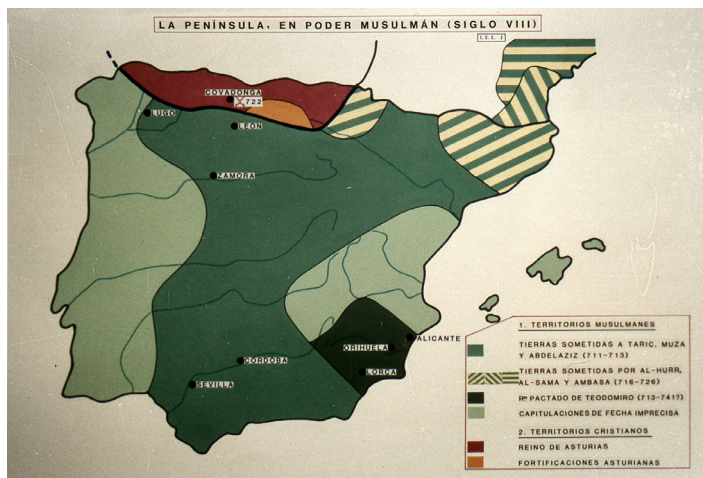
Historiografia, representação construída pelos cronistas medievais, senso comum, enfim, o certo é que como destaca o historiador José Angel García de Cortázar, para os muçulmanos a entrada na Península foi mais uma etapa de um longo processo de expansão que já havia se iniciado há oitenta anos (GARCÍA DE CORTAZAR, 1988, p. 57).

Transcendendo as muitas versões historiográficas, nacionalista e universalista, principalmente, o resultado indubitável é que a penetração de árabes e berberes, iniciada em 711, ia prolongar-se no decorrer de seiscentos anos, caracterizado por sucessivas ondas. Isso permitiu que a zona espanhola ocupada pelos muçulmanos mantivesse contato permanente com os pontos de partida do movimento islâmico. Este contato, como demonstra o citado medievalista espanhol, ajuda a explicar o êxito desta pequena minoria dominadora em seu empenho por controlar o espaço peninsular de onde, como poder político, só seria expulso em 1492 (GARCÍA DE CORTAZAR, 1988).

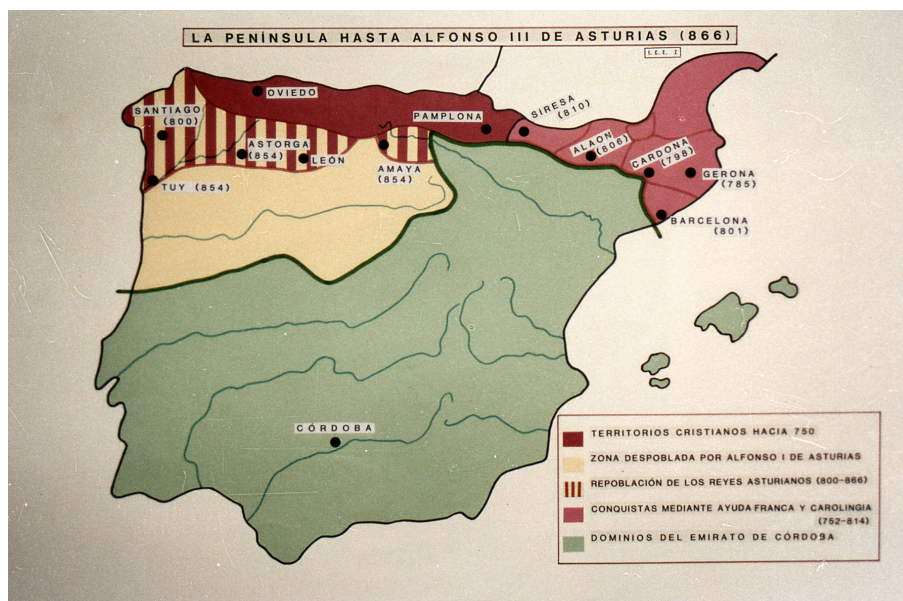
Sendo assim, entre as datas limites de 711 e 1492, a presença dos muçulmanos na Península Ibérica, principalmente no que viria a ser a Espanha, adotou distintas modalidades políticas e culturais, enquanto se mostrava fiel às mesmas características econômicas e sociais que afetavam cada vez mais áreas reduzidas pelo progressivo avanço da chamada "reconquista cristã".

Deste modo, a conquista da Península Ibérica pelos muçulmanos liderados por Tariq e Musa se realizou em um breve lapso de tempo. Tudo indica que tudo se iniciou como uma simples operação de saque que aos poucos foi se convertendo em uma operação de conquista sistemática. A resistência, ao que parece, foi mínima, tendo se organizado em apenas alguns locais como Córdoba, Sevilha ou Mérida, grande parte, se não a maioria da população e da nobreza se apressaram para firmar acordos com os invasores.

Um dos exemplos de acordos documentados foi o firmado pelo duque Teodomiro ou Tudmir que em troca da sua obediência e do pagamento de uma série de tributos, teve respeitada pelos muçulmanos a sua liberdade pessoal e religiosa, além de manter suas propriedades, onde, inclusive, conservou sua autoridade. Por outro lado, em outros casos, como testemunha a *Crónica Mozárabe* de 754, a mais antiga crônica cristã ibérica, ocorreram roubos, mortes, enfim, violências de todo tipo. Contudo, não podemos ignorar que este documento, muito provavelmente, foi escrito por um clérigo e, por isso, a visão fatalista é justificável. Ao que parece, na verdade, para o controle do território os muçulmanos recorreram muito mais ao primeiro exemplo dado, ou seja, aos acordos.

Em todo caso, a conquista islâmica da Península Ibérica na Idade Média provocou o esvaziamento de toda a região sul do território, forçando a fuga para o norte da península ou mesmo a migração para a França de clérigos e nobres que temiam sofrer represálias. As terras até então pertencentes a nobreza e a Igreja foram repartidas entre os árabes e os berberes que começaram as instalar nos territórios recém conquistados, como podemos ver no mapa a seguir:

A Península sob o poder muçulmano (Século VIII). Retirado de: UBIETO, Agustín. Génesis y desarrollo de España, II. Diapositivas, Instituto de Ciencias de la Educación, Zaragoza, 1984 (Colección Materiales para la clase, nº 3, vol. 2).

Durante os anos seguintes à chegada dos muçulmanos, o governo do território ficou nas mãos de uma série de governantes algumas vezes designados pelos emires da África e outras pelos próprios exércitos conquistadores. O que se sabe é que frente a derrota sofrida em Poitiers, em 732, que acabou contendo o avanço islâmico, a região do al-Andalus ou Andaluzia, como chamamos em português, se viu em uma crise política interminável na qual se enfrentaram árabes contra berberes e, uma vez derrotados estes últimos, árabes contra árabes. Isto permitiu, como veremos na próxima aula, os cristãos refugiados ao norte da península a se reorganizar e continuar a resistência iniciada na região das Astúrias alguns anos antes.

Acreditamos que um primeiro ponto fica evidente a partir desse contexto geral: as relações entre islâmicos e cristãos nesse primeiro momento de ocupação não foi apenas conflitivo assim como a própria relação entre os muçulmanos provenientes das tribos berberes e árabes não foi de consenso. Porém, da mesma forma como nem tudo foi definido pela espada e pelo sangue, não podemos generalizar que apenas a tolerância e os acordos tenham prevalecido no chamado al-Andalus. Passaremos a seguir a analisar as relações entre cristãos, islâmicos e judeus nesse período de hegemonia política muçulmana até a reorganização cristã e a formação de diversos reinos que culminou na fase de embates pela retomada territorial até então perdida, como podemos verificar pelo mapa abaixo:

A Península até Alfonso III de Asturias (866). Retirado de: UBIETO, Agustín. Génesis y desarrollo de España, II. Diapositivas, Instituto de Ciencias de la Educación, Zaragoza, 1984 (Colección Materiales para la clase, nº 3, vol. 2).

Um outro mapa interessante e que merece atenção é o que destaca o al-Andalus nos séculos IX e X explicitando as povoações islâmicas:

Mapa retirado de RUCQUOI, Adeline. História da Península Ibérica Medieval. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 78

A SOCIEDADE EM AL-ANDALUS

A sociedade Andaluzia uma vez formada denotou uma complexidade tamanha, constituindo deste modo um verdadeiro mosaico de etnias que se integraram aos nativos que por si só já eram bastante mesclados: árabes, orientais, berberes, eslavos de origem européia e africanos. Contudo, o que se verifica é que todas as tradições foram integradas a medida que o processo de islamização avançava em um modelo tipicamente árabe. Ou seja, um modelo tribal nesse período, já estranho aos cristãos.

Cabe relembrar que nem todos os cristãos se refugiaram para o extremo norte, tendo se mantido sob a influência islâmica. Esses cristãos eram chamados moçárabes ou no espanhol moderno mozárabes. Tínhamos também a presença judia que não deve ser ignorada. Grosso modo, al-Andulus é sobremaneira uma sociedade calcada na agricultura e como afirma Jean-Pierre Dedieu, "uma agricultura rica, tecnicamente evoluída, em que a irrigação e a cultura de horas e pomares parecem desempenhar um grande papel" (DEDIEU, 1992, p. 34). Por outro lado, também há de destacar que é uma sociedade extremamente urbanizada em que, ainda segundo este historiador,

> a tradição árabe devolveu a vida às cidades quase mortas dos visigodos: Córdoba, em primeiro lugar, a capital, admirada pelos visitantes; Sevilha, a mercantil, Almeria, Granada, Valência, Saragoça e Toledo, reduzida a um papel secundário, mas que faz boa figura diante dos pobres burgos do país cristão... Al-Andalus é o comércio, com os francos, amantes do outro e dos produtos de luxo, mas

> principalmente com Túnis, com Alexandria. Al-Andalus, enfim, para os cristãos do Norte, é a terra da prata e do outro, onde circula o dinar, essa moeda que a Europa quase esqueceu (DEDIEU, 1992, p. 34 e 35).

Como podemos observar a expansão islâmica trouxe seus benefícios para a Península Ibérica, inclusive, a despeito da tese de Henri Pirenne que o comércio e as cidades praticamente extinguiram-se com as conquistas árabes, observa-se o contrário do que ele afirma que: “O ímpeto súbito do Islã destruiu a antiga Europa” e que o “mar familiar e quase doméstico, em torno do qual ela se agrupava” tornou-se “subitamente estranho e hostil” (PIRENNE, 2010, p. 279) deve ser relativizado. Pois como é possível verificar pela citação ao trabalho de Dedieu os francos e outros cristãos continuaram negociando com os muçulmanos.

Esse é o primeiro elo que podemos demonstrar que, ao menos, as relações comerciais mantiveram árabes e cristãos se não em acordo, ao menos com uma certa trégua.

Porém, como o mesmo Jean-Pierre Dedieu alerta, nem tudo foram flores na Península Ibérica, justamente, pela sociedade de al-Andalus, como demonstramos não ser homogênea. Aliás, cabe ressaltar que assim como na nossa contemporaneidade, apesar de professarem a mesma fé, alguns islâmicos eram mais fundamentalistas que outros, a mesma consideração pode ser ampliada para os cristãos, como veremos no final dessa aula.

Segundo o medievalista francês, e o próprio Alcorão, como documento histórico testemunha isso, o Islã é tolerante e não forçou, por exemplo, nenhum cristão a se converter. Mesmo que se queira discordar disso, devemos considerar que foram e são as interpretações mais fundamentalistas que defendem o contrário. Há de se perceber, por exemplo, que muitas vezes os islâmicos eram mais tolerantes que os cristãos no que diz respeito a conversão, tanto que até o século XI eles se mantinham como um minoria frente aos seguidores do Cristo. No geral, sob o domínio muçulmano na Península Ibérica Medieval, o clero cristão exerce o seu ministério, os mosteiros funcionam, a teologia é ensina, os debates sobre as relações entre o Pai e o Filho e o culto continua se, contudo, poder se manifestar publicamente (DEDIEU, 1992, p. 35).

Mas se há uma certa tolerância religiosa mesmo não pode se pode dizer da condição jurídica do cristão moçárabe, ou seja, aquele que vive em terras sob o domínio islâmico. Seu estado é de inferioridade acentuada:

> paga um imposto especial, não tem o direito de desposar uma muçulmana, e, ao menor sinal, é declarado convertido, sem possibilidade de voltar atrás.
>
> Com algumas exceções, os postos de comando lhes são vetados. Assim sendo, as conversões são numerosas, e a comunidade cristã se enfraquece a cada dia. Está próximo o tempo em que os cristãos do

> Sul, presos entre o recrudescimento do fundamentalismo muçulmano e a investida de seus correligionários do Norte que os chamam, talvez com desprezo, de moçárabes, serão obrigados a renunciar à sua especificidade. Enquanto isso, sentem-se cada vez menos à vontade, e, quando podem, emigram para as terras cristãs [no Norte] (DEDIEU, 1992, p. 35).

Como pudemos atestar, os moçárabes, esses cristãos que vivem no Sul, sob o julgo dos muçulmanos apesar de uma certa tolerância religiosa disfarçada, também, sofriam, de certo modo, com um certo olhar de desprezo dos seus correligionários cristãos do Norte.

Por outro lado temos também os judeus que, também segundo Dedieu:

> São numerosos, sobreviventes das perseguições visigóticas, ou imigrantes, vindos de toda parte, atraídos pela tolerância que se tem por eles e pelo desenvolvimento das cidades. Seu estatuto é próximo do dos cristãos e seu papel cresce na administração. Em certos Estados, no século XI, alguns desempenharão funções de verdadeiros primeiros-ministros (DEDIEU, 1992, p. 35).

Por fim, evidentemente, por direito de conquista, apesar de, com já afirmamos, serem uma minoria, pelo menos, até o século XI; por estatuto jurídico e, lógico pela prática, os muçulmanos estão situados no topo da "pirâmide social" (DEDIEU, 1992, p. 35). Segundo Jean-Pierre Dedieu:

> De fato, (...), 'os árabes realmente invadiram a Espanha'. Vieram em número muito maior do que se supunha, da longínqua Arábia e da África do Norte (faz-se ainda distinção entre árabes e berberes). Os convertidos de origem cristã, que se situam em posição inferior à dos muçulmanos de nascimento, fizeram o resto. O Islã é majoritário. Mais ainda, a cultura é muçulmana: a organização social, os modelos familiares, os esquemas de pensamento são muçulmanos (DEDIEU, 1992, p. 35).

Como foi possível observar as relações entre muçulmanos, cristãos e judeus, tiveram suas especificidades de tolerância religiosa, mesmo que colocando os cristãos alocados em um estatuto jurídico inferior. Por outro lado, a situação dos judeus mostrou-se até um pouco melhor do que quando a península estava sobre o domínio do hispano-visigodos.

O que deve ficar ressaltado é que os próprios árabes e berberes, apesar de professarem uma mesma religião travaram embates entre si. E mesmo depois que os berberes foram derrotados pelos primeiros, os diversos grupos árabes presentes na Península Ibérica Medieval tiveram seus momentos de atrito. O mesmo poderemos verificar na próxima aula quando tratarmos do surgimento dos reinos hispânico-cristãos.

CONCLUSÃO

Como afirmamos no início da aula, o impacto do islamismo e da presença árabe na Península Ibérica Medieval foi muito grande, a ponto de que, apesar da sua expulsão em 1492 – o que influenciaria também como história demonstra numa nova diáspora judaica – a sua influência cultural continuou marcante tanto na Espanha como em Portugal.

No caso do nosso país, principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, temos ainda hoje as chamadas Cavalhadas, no qual as de Pirenópolis, em Goiás são uma das mais famosas. Nesses eventos que ocorrem durante a festa do Divino, alguns homens se fantasiam de cristãos (comumente vestidos de azul) e outros de mouros (vestidos de vermelho) e simulam combates.

Outro traço medieval e que foca nos embates militares entre cristãos e muçulmanos, principalmente, ibéricos, pode ser encontrado na cultura nordestina, como bem demonstra o historiador Peter Burke: "Na Espanha da Idade Média, os romances de cavalaria eram um gênero popular oral e literário. Os muçulmanos, assim como os cristãos, os compunham, recitavam e liam (...)" (BURKE, 2000, p. 197), não podemos deixar de nos lembrarmos e co-relacionarmos essa citação com os nossos famosos cordéis produzidos no Nordeste. Por sua vez, afirma o medievalista brasileiro Hilário Franco Júnior: "Mesmo certas criações eruditas do Nordeste, como os textos de Ariano Suassuna e as músicas de Elomar, bebem fundamentalmente de fontes medievais" (FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 169).

Outro aspecto que gostaríamos que ficasse evidenciado ao término dessa aula é que o Islã ibérico manteve sensíveis diferenças com os de outras regiões, mas, que fique claro que não se trata de um outro Islã, porém, o ibérico pode ser considerado mais moderado. Aliás, há de se problematizar as perspectivas historiográficas que colocam os muçulmanos como inimigos diabólicos dos cristãos medievais. Mesmo o movimento cristão das Cruzadas no Oriente demonstra, se bem analisado, que foram os cristãos muito mais intolerantes que os islâmicos presentes em Jerusalém.

Por fim, concluímos que o impacto da presença islâmica na Península Ibérica deve ser algo que não pode ser ignorado na análise conjuntural da Idade Média portuguesa e espanhola, uma vez que sua presença é um aspecto tão forte na constituição dessas sociedades quanto foram as religiões cristã e judaica.

RESUMO

Na aula de hoje estudamos a formação da civilização al-Andalus que representou a presença islâmica na Península Ibérica Medieval. Ao mesmo tempo, procuramos destacar suas principais características.

Foram estudadas também as características relacionais e mesmo a condição de cada um dos grupos presentes na península: cristãos, judeus e muçulmanos. Procuramos definir as muitas diferenças entre eles como, por exemplo, a diferença entre os cristãos do Norte e os do Sul, denominados moçárabes.

ATIVIDADES

1. Pesquise mais na Internet sobre as relações entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica Medieval.

REFERÊNCIAS

Documentos:

CONTINUATIO ISIDORIANA HISPANA. CRÓNICA MOZÁRABE DE 754. Estudio, edición y traducción de Eduardo López Pereira. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, 2009.

O ALCORÃO. Tradução de Mansour Challita. Rio de Janeiro: Associação Cultural Internacional Gibran, s/d.

Livros:

BURKE, Peter. A cavalaria no Novo Mundo. In:_____. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 195-211.

DIDIEU, Jean-Pierre. O refluxo do Islã espanhol. In: CARDAILLAC, Louis. (Org.). **Toledo, séculos XII-XIII – Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: Nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. La Época Medieval. Madrid: Alianza, 1988. Historia de España, 2.

GARCÍA FITZ, Francisco. **La Reconquista**. Granada: EUG, 2010.

LEWIS, Bernard. **Os árabes na história**. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

PIRENNE, Henri. **Maomé e Carlos Magno: O impacto do Islã sobre a civilização européia**. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2010.

RÍOS SALOMA, Martín F. **La Reconquista: Una construcción historiográfica (siglos XVI-XIX)**. Madrid/ México: Marcial Pons Historia/ Universidad Autónoma de México, 2011.
RUCQUOI, Adeline. **História da Península Ibérica Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
UBIETO, Agustín. **Génesis y desarrollo de España, II**. Diapositivas, Instituto de Ciencias de la Educación, Zaragoza, 1984 (Colección Materiales para la clase, nº 3, vol. 2)
VERNET, Juan. **As origens do Islã**. São Paulo: Globo, 2004.